

COLEÇÃO **PENSAR A  
AMÉRICA LATINA  
E O CARIBE**

**LIVRO V**  
**NOVOS E VELHOS SENTIDOS  
DA INTEGRAÇÃO DA  
AMÉRICA LATINA:  
PRÁTICAS E DESAFIOS**

**ORGANIZADORAS**

VIVIAN URQUIDI

MARGARIDA NEPOMUCENO

MAYRA COAN LAGO

JOANA DE FÁTIMA RODRIGUES

RITA DE CÁSSIA MARQUES LIMA DE CASTRO

SABRINA RODRIGUES

 **FAPESP**

**PROLAM**  
editora



**COLEÇÃO**  
**PENSAR A AMÉRICA LATINA E O CARIBE**

**NOVOS E VELHOS SENTIDOS DA INTEGRAÇÃO  
DA AMÉRICA LATINA: PRÁTICAS E DESAFIOS**

**LIVRO V**

**PROLAM**  
**editora**

Copyright © 2019 dos organizadores e autores dos textos

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e autoria, proibindo qualquer uso para fins comerciais. A exatidão das informações, conceitos e opiniões é de exclusiva responsabilidade dos autores, os quais também se responsabilizam pelas imagens utilizadas.



**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Novos e velhos sentidos da integração da América Latina [livro eletrônico] : práticas e desafios / organização Vivian Urquidi ... [et al.]. -- 1. ed. -- São Paulo : PROLAM/USP, 2019. 1,70 Mb ; PDF

Outros organizadores: Margarida Nepomuceno, Mayra Coan Lago, Joana de Fátima Rodrigues, Rita de Cássia Marques Lima de Castro, Sabrina Rodrigues  
Vários autores  
Bibliografia  
ISBN 978-85-88376-05-2

1. América - Integração econômica - Aspectos sociais 2. América Latina - Integração 3. Ciências humanas 4. Direitos humanos 5. integração - América Latina - Século 21 6. Relações internacionais  
I. Urquidi, Vivian. II. Nepomuceno, Margarida. III. Lago, Mayra Coan. IV. Rodrigues, Joana de Fátima. V. Castro, Rita de Cássia Marques Lima de. VI. Rodrigues, Rodrigues

20-46887

CDD-305.89

**Índices para catálogo sistemático:**

1. América Latina : Integração social : Sociologia  
305.89

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

## FICHA TÉCNICA

### **Coleção Pensar América Latina e o Caribe**

Livro V - *Novos e velhos sentidos da integração da América Latina: práticas e desafios*

**Arte da capa:** Camila Antunes Madeira da Silva

**Projeto e Edição Gráfica:** Editora Terceira Margem

**ISBN:** 978-85-88376-05-2

**DOI:** 10.29327/524255

E-book gratuito e de livre circulação.

Proibida a venda e seu uso com fins comerciais.

### **Organizadoras**

Vivian Urquidi

Margarida Nepomuceno

Mayra Coan Lago

Joana de Fátima Rodrigues

Rita de Cássia Marques Lima de Castro

Sabrina Rodrigues

### **Instituição realizadora**

Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina – PROLAM/USP

### **Coordenação do PROLAM/USP**

Prof. Dr. Julio Cesar Suzuki (FFLCH/PROLAM/USP) - Coordenador

Profa. Dra. Lisbeth Ruth Rebollo Gonçalves – ECA/PROLAM/USP – Vice-Coordenadora

### **Instituições apoiadoras**

Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO)

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de S. Paulo (FAPESP)

Pró-Reitoria de Pós-Graduação da Universidade de São Paulo (PrPG)

### **Instituições parceiras**

Encontro de Pesquisadores da América Latina – PROLAM-EPAL/USP

Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH/USP)

Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP)

Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP)

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP)

Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA/USP)

Instituto de Relações Internacionais (IRI/USP)

Memorial da América Latina

Observatório Interdisciplinar de Políticas Públicas (OIPP)

Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais (NUPRI/USP)

Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

Universidade de Mogi das Cruzes (UMC)

## Conselho Editorial

Afrânio Mendes Catani (FE/PROLAM-USP)  
Alexandre Fuccille (UNESP; Santiago Dantas)  
Amalia Ines Geraiges de Lemos (PROLAM/FFLCH-/USP)  
Amaury Patrick Gremaud (FEARP/PROLAM-USP)  
Ana Elisa Thomazella Gazzola (Santiago Dantas)  
Ana Hoffmann (UNIFESP)  
Ana Paula Joaquim (UERR)  
Beatriz Walid de Magalhães Naddi (IRI-USP)  
Bela Feldman-Bianco (IFCH-UNICAMP)  
Bruna Muriel Fuscaldo (UFABC)  
Caio Boucinhas (FAU-Anhanguera)  
Camilla Geraldello (DCP/USP)  
Carla Regina Mota Alonso Diéguez (FESP-SP)  
Carolina de Roig Catini (FE / UNICAMP)  
Caroline Cotta de Mello Freitas (FESPSP)  
Catalina Gonzalez Zambrano (CEBRAP/FFLCH-USP)  
Claudinei Cássio de Rezende (PUCSP)  
Cremilda Celeste de Araujo Medina (ECA/USP)  
Cristiane Kerches da Silva Leite (EACH/USP)  
Cristina Nunez-Madrado (Universidad Veracruzana/México)  
Daniel Pereira Andrade (EAESP/FGV)  
Deivison Nkosi Mendes Faustino (UNIFESP)  
Dennis de Oliveira (ECA/PROLAM-USP)  
Dilma de Mello (ECA/PROLAM-USP)  
Edgard Monforte Merlo (FEARP/PROLAM-USP)  
Eduardo Saad Diniz (FDRP/PROLAM-USP)

Eliel Waldvogel Cardoso (FSA)  
Elis Crokidakis Castro (UNESA)  
Fabiana Oliveira (PROLAM-USP)  
Flávia Loss de Araújo (UMC)  
Flávia Rios (UFF)  
Guillermo Arias Beatón (Cátedra L.S. Vygotski /U. de Havana/Cuba)  
Horacio Gutiérrez (FFLCH/USP)  
Iara Machado (PROLAM/USP)  
Igor Fuser (CECS/UFABC)  
Iram Jácome Rodrigues (FEA/USP)  
Isadora de Andrade Guerreiro (FAU / USP)  
Ivana Denise Grehs (UNESA)  
Janice Gonçalves (UDESC)  
Joana de Fátima Rodrigues (Unifesp)  
Júlio Suzuki (PROLAM/USP)  
Karina Fernandes (USP / UNIVESP)  
Karina Lilia Pasquariello Mariano (UNESP/Santiago Dantas)  
Laura Janina Hosiasson (FFLCH-USP)  
Lisbeth Rebollo Gonçalves (ECA/PROLAM-USP)  
Luciana Rosa (UNIFESP)  
Lucilene Cury (PROLAM/ECA-USP)  
Luiz Antonio Dias (PUCSP / UNISA)  
Manoela Rossineti Rufinoni (EFLCH-UNIFESP)  
Márcio Bobik Braga (FEARP/PROLAM)  
Maria Amélia Devitte Ferreira D'Azevedo Leite (FIAM-FAAM)  
Maria Cristina Cacciamali (FEA/PROLAM-USP)  
Maria de Fátima Souza da Silveira (FFLCH-USP)  
María de Lourdes García Vázquez (LAHAS – UNAM/México)  
Maria Margarida Cintra Nepomuceno (PROLAM/USP)  
Maria Sabina Uribarren (MP/USP-UNIP)  
Marilene Proença Rebello de Sousa (PROLAM/IP-USP)

Marília-Marie Goulart (ECA/USP)  
Mayra Coan Lago (USP/ FSA)  
Murilo Gasparido (UNESP)  
Orlando de Barros (UERJ)  
Osvaldo Coggiola (FFLCH/PROLAM-USP)  
Paulo Cesar Garcez Marins (MP/USP)  
Pedro Chadaverian (UNIFESP/UFABC)  
Pedro Ortiz (Cáster Libero e Belas Artes)  
Rafael Lopes de Sousa (UNISA)  
Regiane Nitsch Bressan (UNIFESP e REPRI)  
Renato Braz Oliveira de Seixas (PROLAM/EACH-USP)  
Renato Sztutman (FFLCH/USP)  
Ricardo Neves Streich (História Social-USP)  
Rodrigo Medina Zagni (UNIFESP)  
Salvador Schavelzon (UNIFESP)  
Sedi Hirano (FFLCH/PROLAM-USP)  
Simone Rocha Abreu (FALC/UFMS)  
Sylvia Adriana Dobry (FIAM-FAAM)  
Thiago Mourelle (UFF/Arquivo Nacional)  
Úrsula Dias Peres (PROLAM/EACH-USP)  
Vanessa C. G. Teixeira (UNESP)  
Victor Gabriel Rodriguez (FDRP/PROLAM-USP)  
Vitor Stuart de Pieri (Geografia/UNICAMP)  
Vivian Urquidi (EACH/PROLAM-USP)  
Wagner Tadeu Iglecias (PROLAM/EACH-USP)  
Waldo Sanchez Lao (ENAH/México e PROLAM-USP)  
Wladimir Mejía Ayala (UPTC/Colômbia)  
Yanet Aguilera Viruéz Franklin de Matos (UNIFESP)

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	07
Introdução.....	16
<b>PARTE I - INTEGRAÇÃO FÍSICA, FRONTEIRAS E DESENVOLVIMENTO</b> .....	<b>19</b>
Perspectivas para integração da Pan-Amazônica	
<i>Irenildo Costa da Silva</i> .....	20
Infraestrutura e desenvolvimento na Amazônia Sul-Americana: uma avaliação circunstanciada sobre o Projeto da “ <i>Hidrovia Amazônica</i> ” no Peru	
<i>Thais Virga</i> .....	32
A institucionalidade da integração fronteiriça na Unasul e no Mercosul	
<i>Pedro Silva Barros e Sofia Escobar Samurio</i> .....	52
<b>PARTE II - DESAFIOS DA INTEGRAÇÃO REGIONAL</b> .....	<b>66</b>
Integração, heterogeneidade fiscal e formação do Estado na América Latina	
<i>Rodrigo Cantu e Kaline Honorio e Benjamín Cuevas</i> .....	67
Alto representante-geral do Mercosul na disputa entre eixos do regionalismo latino-americano e caribenho no início do século XXI	
<i>Luan Olliveira Pessoa</i> .....	81
A critical view of Brazilian role inside MERCOSUR	
<i>Fernanda Castro Gastaldi</i> .....	93
Venezuela suspensa del Mercosur: la suspensión de un actor de veto	
<i>André Leite Araulo e Matheus Felipe Silva</i> .....	106
A comunidade andina frente ao <i>overlapping</i> de processos de integração regional	
<i>Flávia Loss de Araujo e André Leite Araujo</i> .....	118
A integração transnacional na América Latina pelo comércio justo: a reorganização pelo movimento da sociedade civil	
<i>Rudá Ryuiti Furukita Baptista e Joana Stelzer</i> .....	129
Cultura para o desenvolvimento: o papel da cultura no desenvolvimento econômico da sociedade latina	
<i>Isabela Furegatti Corrêa</i> .....	140
Indústrias culturais e integração: os desafios do Mercosul cultural	
<i>João Roque da Silva Júnior</i> .....	151

<b>PARTE III - BLOCOS ECONÔMICOS E INSERÇÃO INTERNACIONAL.....</b>	<b>164</b>
Acordos preferenciais de comércio na América Latina: uma análise de suas configurações e tendências de 200 a 2017	
<i>Patrícia Nasser de Carvalho.....</i>	<i>165</i>
A integração produtiva como instrumento para a inserção dos países da América Latina nas cadeias globais de valor	
<i>Alessandra Cavalcante de Oliveira.....</i>	<i>180</i>
As negociações do acordo Mercosul-União Europeia no contexto da nova onda de liberalização da economia brasileira	
<i>Roberto Goulart Menezes e Sabrina Sabatovicz Paiva.....</i>	<i>193</i>
Interregionalismo contemporâneo: los casos del MERCOSUR y la Alianza del Pacífico con ASEAN e Índia	
<i>Paola Andrea Baroni.....</i>	<i>201</i>

## *Apresentação*

Vivian Urquidi

Programa de Pós-graduação Integração da América Latina  
Universidade de São Paulo

A **Coleção PENSAR A AMÉRICA LATINA E O CARIBE** foi concebida em 2019 por pesquisadoras do *Programa de Pós-graduação Integração da América Latina* (PROLAM) para reunir artigos de autores que estudam o rico pensamento teórico contemporâneo sobre a América Latina.

**PENSAR A AMÉRICA LATINA E O CARIBE** defronta o desafio de conceber a região sob o pressuposto da integração regional e da difícil articulação interna de cada sociedade e cultura que compõem esta região do continente. É apostar num projeto epistêmico que supere as divisões internas e locais para produzir interpretações críticas, conhecimento comparado e localizado a partir das realidades diversas dos povos latino-americanos, irmanados pela experiência contemporânea da dependência no sistema mundo e pelas cicatrizes do legado colonial. Por isso, **PENSAR A AMÉRICA LATINA E O CARIBE** é uma tarefa intelectual e urgente dos pesquisadores que estão preocupados com as questões pendentes da América Latina, com os processos seculares que interrompem os desdobramentos das suas histórias de luta e a realização das suas potencialidades econômicas, políticas, sociais e culturais. Isto é, suas virtualidades civilizatórias.

A **Coleção PENSAR A AMÉRICA LATINA E O CARIBE** se inspira nos objetivos e propósitos do *Programa de Pós-graduação Integração da América Latina* (PROLAM), um projeto da Universidade de São Paulo que busca formar especialistas sobre a região com saberes nas diversas áreas de conhecimento das ciências sociais e humanidades. Nessa esteira, a **Coleção** reúne as pesquisas, interpretações e análises de autores de longa trajetória intelectual e outros jovens estudiosos que atuam em universidades e instituições de pesquisa da América Latina e do mundo afora.

Desse modo, a **Coleção** que se publica pela **Editora PROLAM** vem aportar com mais uma ação para as tarefas de produção, promoção e divulgação de conhecimentos sobre a região e quer assim fazer jus aos Congressos, Simpósios e Debates organizados pelo PROLAM. E quer somar-se à *Brazilian Journal of Latin American Studies* (publicação regular do PROLAM) como um dos meios em que os pensadores latinoamericanistas possam publicar suas obras.



Os estudos apresentados na **Coleção PENSAR A AMÉRICA LATINA E O CARIBE** estão organizados em cinco livros harmonizados com as linhas de pesquisa e de atuação do PROLAM.

O primeiro livro desta **Coleção** foi intitulado *PERSPECTIVAS CRÍTICAS DA AMÉRICA LATINA: PENSAMENTO SOCIAL, POLÍTICO E ECONÔMICO*. Nesta obra se apresentam interpretações, sistematizações e críticas a grandes autores ou paradigmas explicativos das principais questões latino-americanas desde o século XVI até o século XXI. Trata-se de análises sobre pensadores que discutem o Capitalismo Periférico mediante as principais matrizes explicativas e teorias sobre o papel do Estado, o comportamento das elites ou as tarefas revolucionárias. A integração da América Latina e da política externa dos países da região é analisada a partir dos autores e das perspectivas que explicam a posição da região no cenário internacional. A integração social traz análises sobre pensadores que trabalham o conceito de classes sociais como categoria central ou articulada às relações raciais e ao legado colonial. Para isto, a hegemonia, a cultura e a emancipação, como se pode ver, são conceitos centrais dos projetos políticos. Finalmente, neste livro inclui-se também uma série de artigos sobre as lutas sociais, sejam ações mais espontâneas e localizadas, sejam movimentos políticos e sociais mais orgânicos ou luta insurgente.

As grandes questões pendentes da América Latina são assim ampla e diversamente analisadas neste livro. As perspectivas são do campo da sociologia, da antropologia, das ciências políticas, das relações internacionais e do campo da economia. E há também estudos sobre pensadores no âmbito da psicologia, geografia, história e da pedagogia.

O segundo livro é o maior da Coleção. Foi organizado sob o título *ESTADO E LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA: SOCIEDADE, ECONOMIA E POLÍTICA*, e junta quatro volumes no livro. Aqui, se incluíram análises sobre as crises políticas e econômicas contemporâneas e sobre os fatores geradores de desigualdade social, além de um debate sobre as demandas por justiça social. Ainda, apresentam-se de modo comparativo projetos políticos de inclusão social e desenvolvimento, bem como se incluem experiências específicas de luta política, seja pela via armada ou pelo caminho político da mobilização social contra o capital ou contra as formas locais e contemporâneas dos poderes coloniais.

A diversidade de temáticas impôs que este livro fosse dividido em vários volumes. O primeiro volume do Livro II, intitulado *Direitos: Estado e Sociedade*, aborda a relação tensa entre o Estado e a sociedade na luta pela garantia de direitos humanos. Parte fundamental deste volume é composto por capítulos sobre as ditaduras e os Estados de exceção na América Latina e a luta pela justiça de transição. O segundo volume do Livro II, denominado *Sociedade em Movimento*, trata da memória dos povos vulneráveis, dos oprimidos e expulsos das suas terras, dos migrantes em êxodo político ou pela pobreza. Recolhe também a experiência das lutas sociais ora dos

movimentos localizados em setores rurais, bairros e periferias, ora da luta armada mais ou menos generalizada. Já o terceiro volume deste Livro, *Políticas Públicas e Igualdade Social*, recolhe criticamente as experiências de autogestão ou gestão participativa, popular e democrática. Em estudos de caso sobre os processos educativos nos diversos níveis de formação do sujeito analisam-se tanto as instâncias criativas e libertadoras da pedagogia, quanto os dispositivos de reprodução social. Ainda neste volume dedicado às políticas públicas, uma série de artigos reúne experiências de gestão urbana e de planejamento nas cidades de interior e nas metrópoles latino-americanas compondo um bloco de trabalhos necessários sobre gestão, urbanismo e planejamento. A última parte deste volume trata por outro lado de temáticas ineludíveis no debate das políticas sociais, quais sejam a saúde e as políticas distributivas. Nestes capítulos, os autores discutem a centralidade do Estado, ora como garantidor das políticas, ora como instância intervencionista e assistencialista, ora como instituição que limita o desenvolvimento desregrado das transações privadas do mercado.

Complementando o livro *ESTADO E LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA: SOCIEDADE, ECONOMIA E POLÍTICA*, o quarto volume foi intitulado *Trabalho e Economia*. Aqui se selecionaram obras que abordam de modo diverso questões centrais do trabalho, do emprego e da renda. Os estudos são focalizados mas também há debates teóricos e macroeconômicos sobre mercado e neoliberalismo.

Para o terceiro livro da **Coleção PENSAR A AMÉRICA LATINA E O CARIBE**, as obras escolhidas tratam das *QUESTÕES CONTEMPORÂNEAS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS NA AMÉRICA LATINA: POLÍTICA EXTERNA, TENSÕES E COOPERAÇÕES INTERNACIONAIS*. As duas temáticas que organizam esta obra – a política externa e cooperação internacional – apresentam casos de diversos países da região, como México, Chile, Argentina, Cuba, Bolívia e Brasil, e há um espaço especial reservado para interpretações sobre a política externa chinesa na região.

O quarto livro da **Coleção PENSAR A AMÉRICA LATINA E O CARIBE**, foi organizado com trabalhos de análises no campo da cultura, críticas de arte e estudos no campo dinâmico da comunicação e da produção cultural. Trata-se do livro *ATORES, FAZERES E POLÍTICAS CULTURAIS NA AMÉRICA LATINA: COMUNICAÇÃO E CULTURA* em cujas páginas se recolheram as diversas esferas da produção cultural, ora como patrimônio e memória, ora como representação, prática e expressão artística. O livro reservou uma seção especial para a arte dos povos indígenas e a criatividade contestadora dos jovens, misturando assim elementos das linguagens tradicionais e midiáticas, das novas formas de fazer arte, de se comunicar ou se expressar. Ao mesmo tempo, o livro fez questão de trazer artigos especializados sobre crítica da arte com análises de autores canonizados e das estéticas emergentes. Finalmente, um último eixo do livro fará dialogar a arte com a educação como dispositivo para a cidadania e a formação dos jovens.

Finalmente, a cooperação internacional na educação, saúde, tecnologia e desenvolvimento finalizam a Coleção com a apresentação do quinto livro denominado *NOVOS E VELHOS SENTIDOS DA INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA: PRÁTICAS E DESAFIOS*. Nele encontram-se reflexões sobre a implementação das políticas de integração regional por Blocos como o MERCOSUL, a UNASUL, a Comunidade Andina e a Aliança para o Pacífico, além de perspectivas atuais sobre a integração da pan-amazônia ou o diálogo entre os Blocos regionais e a União Europeia. Nesse cenário, os desafios da integração regional são elucidados a partir da economia e da aposta no desenvolvimento da infraestrutura regional; da harmonização normativa e fiscal e da necessidade de resolução de conflitos e tensões entre estados vizinhos. Duas perspectivas menos comuns são agregadas neste livro: o movimento da sociedade civil na ação de integração regional, e o papel da cultura nas relações internacionais.

Desse modo, a partir de cinco livros tematicamente organizados, a **Coleção PENSAR A AMÉRICA LATINA E O CARIBE** transforma-se num conjunto de reflexões sobre a região nas diversas áreas das ciências sociais, das humanidades e das artes, como síntese do projeto intelectual dos novos pensadores latino-americanistas.

Por que produzir este livro pela *Editora PROLAM*? Porque desde o nascimento, há mais de 30 anos, do Programa de Pós-graduação Integração da América Latina, o PROLAM vem sendo um espaço privilegiado de produção de reflexões, conhecimento e pensamento acadêmico sobre a América Latina e o Caribe.

Quando em 1989 nasceu o PROLAM, com o propósito de formar quadros especializados sobre a região, os pesquisadores e estudiosos do Brasil – da mesma forma que outros países latino-americanos que acabavam de atravessar por experiências autoritárias – foram impelidos a pensar as encruzilhadas e os novos desafios das arenas democráticas: crise inflacionária e soluções neoliberais em cenários de novas conflitividades sociais e políticas. O Consenso de Washington impôs reformas estruturais comuns às nascentes democracias latino-americanas: enxugamento do aparato estatal via privatizações, desregulação de mercados e flexibilização da legislação trabalhista, além de descentralização administrativa.

O impacto na sociedade não demorou em ser sentido: observou-se um aumento de desemprego e de empobrecimento, enquanto as instâncias tradicionais de organização das resistências, principalmente dos sindicatos, foram progressivamente sendo desmontadas. Finalmente, as lutas sociais se cristalizaram na proliferação de movimentos sociais de diversas conformações, como os de bairro pela educação e saúde, em que novos sujeitos sociais passaram a interpelar a arena democrática, ou como os das minorias étnicas e de gênero. O cenário institucional se viu então invadido por novos conflitos sociais sob a forma de luta partidária, de organizações e grupos de pressão para reformas constitucionais e ampliação de direitos.

As novas contendas políticas exigiram também das instituições acadêmicas novas respostas. O retorno à democracia se apresentava assim como um marco constitutivo de realidades políticas e sociais que impuseram rupturas com os projetos políticos de outrora, bem como com as narrativas explicativas das grandes problemáticas latino-americanas da dependência, da revolução, da organização social e da integração.

Sabe-se que nas décadas de 1960 e 1970, o Brasil produziu uma valiosa obra no campo crítico de conhecimento sobre a América Latina. Que a necessidade de constituir projetos políticos e intelectuais de transformação revolucionária articulou em vários centros acadêmicos os trabalhos de economistas, cientistas sociais e políticos. No Brasil, as universidades públicas de São Paulo e do Rio de Janeiro foram as grandes instituições que favoreceram a recepção do melhor pensamento crítico sobre a região latino-americana.

Destes centros de pesquisa, surgiram as bases teóricas para reinterpretar a situação de dependência econômica e política da região, para logo em seguida irradiar suas críticas no campo do marxismo às teorias sobre a divisão internacional do trabalho no sistema mundo capitalista.

Naquele período também, mas fora das universidades e junto aos setores populares e nas comunidades de base dos setores urbanos e rurais, se formulava a praxe revolucionária da pedagogia da libertação, estreitamente vinculada com as vertentes filosóficas e teológicas da *igreja dos pobres*.

Foi um rico e promissor período de produção de pensamento e de ação política com objetivos de transformação radical da social que, no entanto, foi interrompido, como se sabe, pela precipitação de golpes cívico-militares. Apesar do golpe de estado no Paraguai em 1954, foi no Brasil que se iniciou em 1964 um período sombrio que logo se espalhou por outros países da região em movimento articulado e que se consolidou na década seguinte em ditaduras.

A repressão política e o recrudescimento do Estado de exceção contra militantes, sindicalistas, políticos e intelectuais empurraram para o exílio o mais brilhante quadro de pensadores dos projetos políticos e intelectuais da América Latina. No caso do Brasil, foram forçados ao exílio Darcy Ribeiro, Florestan Fernandes, Octávio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra, Paulo Freire, Emir Sader entre outros intelectuais.

Alguns estudiosos da região inicialmente foram acolhidos na Argentina e no Uruguai, mas logo se exilaram nos centros de pesquisa do Chile em tempos de Allende. O golpe de Pinochet os empurrou para novo êxodo rumo ao México, ao Canadá ou à Europa ...

Os núcleos de pesquisa e pensamento sobre a realidade brasileira e latino-americana foram assim disseminados ou desmantelados.

O fato é que o retorno progressivo à vida democrática não implicou necessariamente o retorno destes pensadores a seus centros de produção de conhecimento no Brasil. E

os que retornaram, a partir da década de 1980, se defrontaram com novas tarefas intelectuais da democracia partidária e dos novos desafios de uma sociedade que, sem ter superado as pendências do passado, agora trazia novas questões a partir de novos atores políticos e sociais.

No caso do Brasil, o pensamento crítico brasileiro da década de 1990 se viu envolvido predominantemente por preocupações internas, relegando a conjuntura latino-americana para os projetos institucionais de integração regional. Na USP e na UnB, na região central do país, se incentivou a formação de programas de pós-graduação especializados em integração da América Latina, como o PROLAM da USP e o Centro de Estudos Comparados (CEPPAC) da UnB.

O foco na integração regional foi a tendência que se manteve no Brasil até o início do século XXI, quando a dinâmica de lutas sociais e políticas gradualmente foram envolvendo a esfera pública e institucional com ares de *maré vermelha*, modo pelo qual foram designados os governos progressistas que introduziram reformas mais ou menos profundas de cunho social e democrático. A guinada à esquerda alcançou mais de 350 milhões de pessoas na maior parte dos países sul-americanos: Venezuela, Argentina, Brasil, Bolívia, Equador, Uruguai, Paraguai e inclusive Chile.

Como consequência, se observou um renovado interesse intelectual e político de cunho latino-americanista nas universidades e nos centros de pesquisa do Brasil, ávidos por compreender e acompanhar as transformações regionais.

Assim, no umbral do século XXI, as instituições acadêmicas no Brasil viram explodir centros e grupos de pesquisa interdisciplinares, especializados em estudos sobre a América Latina. O eixo da produção do conhecimento sobre a América Latina, outrora concentrado em São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, sente agora a interpelação de uma jovem universidade com missão latino-americanista, a Universidade Federal da Integração Latino-americana (UNILA) no sul do país, criada em 2010.

Muito embora este crescimento tenha sido excepcional, é possível afirmar que no Brasil ainda há uma demanda crescente de pesquisadores e estudiosos sobre a América Latina que não encontram espaços ou interlocutores dentro do país para debater suas preocupações intelectuais. Enquanto no cenário internacional<sup>1</sup> há vários eventos especializados sobre a América Latina, com perspectivas interdisciplinares e importante

---

1. Alguns eventos internacionais têm sido especialmente relevantes para congregar interdisciplinarmente pesquisadores latino-americanistas: o congresso da **LASA - Latin American Studies Association**, do **Clacso - Consejo Latino-americano de Ciencias Sociales** e o **Congreso Internacional de Americanistas - ICA**. Há também eventos em áreas disciplinares como o da **Associação Latino-americana de Sociologia - ALAS**, o da **Associação Latino-americana de Ciências Políticas - ALACIP**, a **Associação Latino-americana de Informação e Comunicação - ALAIC** e a **Asociación de Historiadores Latinoamericanistas y del Caribe - ADHILAC**, com uma Sessão Brasil que anualmente se reúne.

presença dos pesquisadores da região, no Brasil os eventos sobre a América Latina e o Caribe são limitados e nem sempre atravessam as diversas áreas de conhecimento das ciências sociais, das humanidades e das artes. Alguns eventos que merecem especial destaque porque versam especificamente sobre a América Latina, embora com foco disciplinar, é o encontro internacional da *Associação Nacional de Pesquisadores e Professores de História das Américas – ANPHLAC* que a cada dois anos e desde 1994 tem congregado pesquisadores latino-americanistas.

Outros espaços de reunião de pesquisadores, desta vez no campo das artes, são o *Fórum Permanente de Arte e Cultura da América Latina*, com edições públicas anuais desde 2010, e o *Colóquio de Arte e Cinema na América Latina - COCAAL*, criado em 2013 com eventos até 2019 também anuais.

No PROLAM, encontros mensais reúnem mesas de pesquisadores latino-americanistas desde 2013 em torno do *Encontro de Pesquisadores sobre a América Latina- EPAL*, mas os eventos mais importantes desta instituição são os Simpósios Internacionais Pensar e Repensar a América Latina (2014, 2016 e 2019). Em 2020, no cenário do confinamento iniciou-se o *PROLAM Debates*, no sistema de seminários online (*webinars*), com convidados de diversos países da América Latina.

A Universidade Federal da Integração Latino-americana teve um papel central nos últimos anos, na organização de eventos especializados sobre a América Latina. Um dos eventos é o *Seminário Latino-Americano de Estudos em Cultura*, organizado pelo Centro Latino-Americano de Estudos em Cultura, em parceria com o Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História – ILAACH, e que agrega o Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos – PPG-IELA, o Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política – ILAESP, e o Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina – PPG-ICAL.

O *Congresso Internacional América Latina e Interculturalidade* e o *Seminário de Bilinguismo* também são eventos de relevância organizados pelos grupos de pesquisa Construções Socioculturais da Tríplice Fronteira, pelo Grupo de Linguagem, Política e Cidadania e pelo Curso de Letras da UNILA.

Um dos eventos de maior relevância no Brasil, o encontro anual da ANPOCS (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciências Sociais) merece ser nomeado especificamente pela promoção recente de mesas e seminários específicos sobre a América Latina.

Uma análise superficial dos anais da ANPOCS desde sua origem em 1977 permite ver que desde a origem houve trabalhos e estudos dirigidos para a América Latina, mas não havia no evento grupos ou seminários específicos sobre a região, a não ser de modo muito episódico.

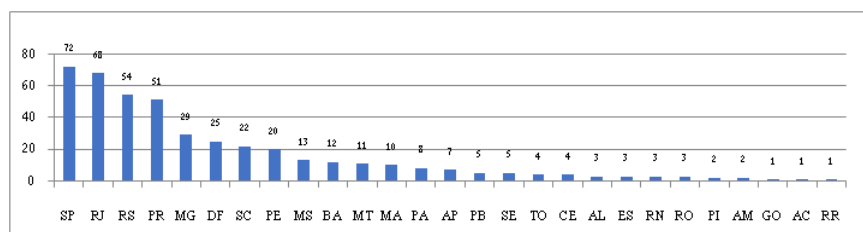
Esta posição, entretanto, tem progressivamente mudado desde 2015, ano a partir do qual passaram regularmente a ser aprovadas propostas de *Grupos de Trabalho* e

*Seminários Temáticos* específicos sobre a América Latina e, mesmo que com frequência menor, têm sido organizadas também Mesas Redondas ou Fóruns especializados.

Com a frequência de todos estes eventos, está mais do que justificada pois a necessidade de uma **Coleção PENSAR A AMÉRICA LATINA E O CARIBE**.

Em levantamento inicial realizado em 2018 nos Grupos de Pesquisa registrados no Diretório dos Grupos de Pesquisa<sup>2</sup> no Brasil, na plataforma do CNPq, observou-se que até dezembro de 2018, existiam 549 Grupos de Pesquisa cadastrados (Gráfico 1) com temáticas sobre a América Latina, em centros distribuídos por todos os estados da Federação.

**Gráfico 1: Grupos de Pesquisa sobre a América Latina por Estados em 2018**



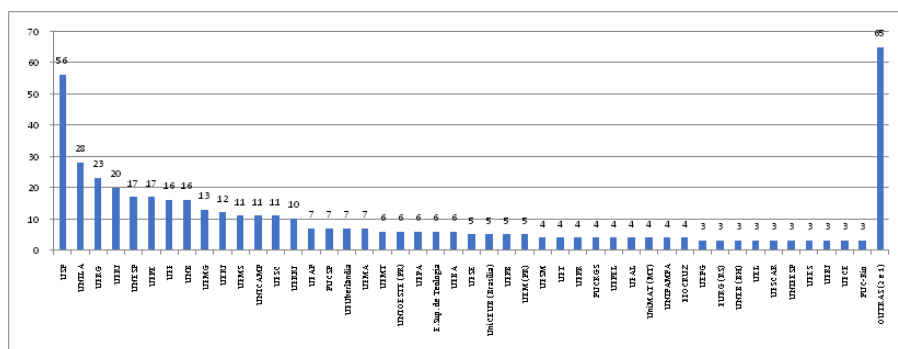
Fonte: Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, CNPq, 2018

O gráfico indica que até 2018 os estudos e as pesquisas sobre a América Latina estão presentes em todo o país, muito embora São Paulo e a região Sudeste ainda concentrem o maior volume de produção de pensamento sobre a América Latina, principalmente na USP (como vemos no Gráfico 2).

Já neste ano de 2018 é possível observar que surgem com destaque os trabalhos produzidos num novo território acadêmico, na região Sul do país pelo impulso da UNILA, uma jovem e promissora instituição federal para os estudos latino-americanos.

Num recorte que delimita os grupos de pesquisa apenas nas três primeiras áreas de produção de conhecimento (Ciências Humanas, Sociais Aplicadas e Linguística, Letras e Artes), observa-se o claro predomínio da USP. No total de 385 GPs, a Universidade de São Paulo hospedava até final de 2018, 56 Grupos de Pesquisa sobre a região, com estudos em que a América Latina seria o objeto central ou o *locus* dos objetos trabalhados.

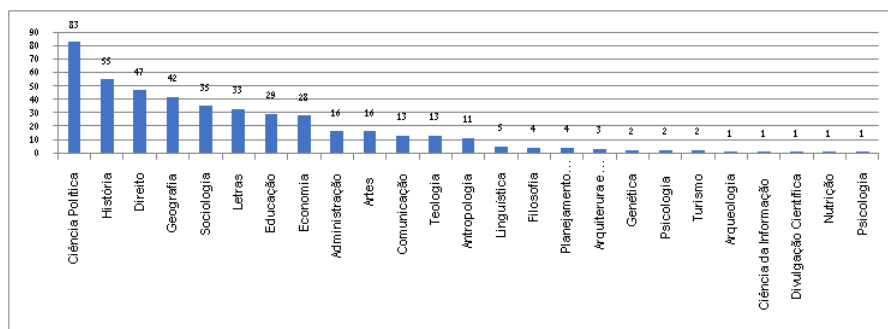
**Gráfico 2: Instituições com Grupos de Pesquisa cadastrados no CNPq sobre a AL nas áreas das Ciências Humanas, Sociais Aplicadas e Linguística, Letras e Artes (2018)**



Fonte: Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, CNPq, 2018.

De fato, América Latina é objeto de estudo nas diversas áreas de conhecimento das Ciências Humanas e Sociais, bem como das Exatas e da Terra, das Ciências da Saúde, além das Engenharias. Considerando apenas o campo das Ciências Sociais e Humanidades, observa-se um predomínio de trabalhos em Ciência Política e de história (Gráfico 3). Aparece com importante destaque, porém, a área de Ciências Jurídicas (Direito) na terceira posição:

**Gráfico 3: Predomínio de Áreas de atuação dos GP sobre a América Latina (2018)**



Fonte: Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, CNPq, 2018.

Em suma, os dados indicam que há um claro interesse no Brasil por produzir conhecimento sobre a América Latina e colocá-lo em diálogo com os saberes produzidos no resto do continente. Faz-se por isso necessário articular tais análises, interpretações, estudos de caso e comparativos na **Coleção PENSAR A AMÉRICA LATINA E O CARIBE**.

Convidamos os leitores a desfrutarem deste trabalho!



## *Introdução*

O livro *Novos e velhos sentidos da integração da América Latina: práticas e desafios* apresenta renovadas reflexões sobre as variadas facetas que compõem a integração da América Latina enfocando especialmente nas suas potencialidades e nos seus desafios. Os vinte e dois autores, das mais variadas áreas do conhecimento, desenvolveram importantes discussões tomando o subcontinente ou casos mais específicos que permitem que, ao final da leitura, o leitor tenha uma melhor compreensão do complexo quadro da integração na América Latina no século XXI.

Na primeira parte do livro os capítulos tratam de temas relacionados às fronteiras, desenvolvimento e integração física. Iniciando com o capítulo *Perspectivas para integração da Pan-Amazônia*, Irenildo Costa da Silva analisa os processos de integração da Pan-Amazônia. O autor também pondera sobre os problemas e desafios destes processos, especialmente do fim do século XX até o momento atual, e defende que as especificidades das características ambientais, socioculturais, políticas e econômicas da região sejam consideradas.

Dando continuidade às reflexões sobre a integração na Amazônia, Thaís Virga, em *Infraestrutura e Desenvolvimento na Amazônia Sul-Americana: Uma Avaliação Circunstanciada sobre o Projeto da “Hidrovia Amazônica” no Peru* avalia as demandas e perspectivas da integração baseando-se no projeto da Hidrovia Amazônica, que foi aprovado no Peru como parte da agenda do Eixo Amazonas no Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN). A partir da pesquisa de campo e ampla investigação, a autora reflete sobre os impactos na região de abrangência do projeto e apresenta um diagnóstico acerca do potencial econômico considerando os dilemas, os problemas e as potencialidades do processo de integração com base em entrevistas com os principais agentes envolvidos e/ou atingidos pelo projeto de Hidrovia Amazônica.

Ainda refletindo sobre o COSIPLAN, mas sob outra perspectiva, Pedro Silva Barros e Sofia Escobar Samurio em *A institucionalidade da integração fronteiriça na Unasul e no Mercosul*, contextualizam iniciativas da agenda de fronteiras como o Subgrupo de Trabalho sobre Integração Fronteiriça (SGT nº 18) e a Rede de Mercocidades desenvolvidas no Mercado Comum do Sul (Mercosul) e o Conselho Sul-Americano de Planejamento e Infraestrutura (COSIPLAN), mais especificamente do Grupo Técnico Executivo (GTE) Integração e Facilitação Fronteiriça, da União de Nações Sul-Americanas (Unasul).

Na segunda parte do livro os capítulos discorrem sobre as variadas vertentes dos desafios da integração. Rodrigo Cantu, Kaline Honorio e Benjamín Cuevas abrem a parte com o capítulo *Integração, heterogeneidade fiscal e formação do Estado na América Latina*. Nele os autores investigam as causas das diferentes cargas tributárias dos países latino-americanos elucidando os desafios para uma integração fiscal.

Ponderando sobre outra vertente dos desafios, Luan Olliveira Pessoa em *Alto Representante-Geral do Mercosul na disputa entre eixos do regionalismo latino-americano e caribenho no início do século XXI*, confronta o Alto Representante-Geral do Mercosul à discussão acadêmica acerca da disputa entre modelos contraditórios de regionalismo na América Latina no início do século XXI.

Os três capítulos seguintes abordam a vertente política, especialmente a partir dos papéis, das tensões e das crises dentro dos blocos. Fernanda Castro Gastaldi, em *A critical view of Brazilian role inside MERCOSUR*, analisa o papel de liderança do Brasil no MERCOSUL, considerando a política externa do país e a dinâmica internacional. André Leite Araujo e Matheus Felipe Silva, em *Venezuela suspensa del Mercosur: la suspensión de un actor de veto*, ponderam sobre a dupla suspensão da Venezuela no MERCOSUL, enfocando sobretudo na segunda que foi justificada com a aplicação do *Protocolo Ushuaia II*. Já Flávia Loss e André Leite Araujo, em *A Comunidade Andina frente ao overlapping de processos de integração regional*, refletem sobre a permanência da Comunidade Andina no cenário regional no século XXI, mais especificamente em que medida as crises sul-americanas, nos anos 2000 e 2010, afetaram o bloco.

Retomando a vertente econômica, mas sob outra perspectiva, Rudá Ryuiti Furukita Baptista e Joana Stelzer, em *A integração transnacional na América Latina pelo Comércio Justo: a reorganização pelo movimento da sociedade civil*, estabelecem uma relação de coexistência entre integração na América Latina pelo Comércio Justo e a ruptura do modelo de centralização estatal na produção normativa.

Os dois últimos capítulos da segunda parte tratam da vertente cultural. Isabela Furegatti Corrêa, em *Cultura para o desenvolvimento: o papel da cultura no desenvolvimento econômico da sociedade latina*, demonstra que cultura e desenvolvimento podem ser pensados e aplicados conjuntamente na América Latina. A autora utiliza as diretrizes e dimensões estipuladas em uma pesquisa da *The United Nations Educational Scientific and Cultural Organization* (UNESCO). Em diálogo com a Isabela, mas de maneira distinta, João Roque da Silva Júnior em *Indústrias culturais e integração: os desafios do Mercosul Cultural*, busca compreender como os valores cultural e econômico estão representados no *Protocolo de Integração Cultural, documento criado pelos países membros do Mercosul*.

Os capítulos da terceira parte do livro abordam as possibilidades de inserção internacional dos países latino-americanos ou dos blocos econômicos regionais. Patrícia

Nasser de Carvalho, em *Acordos preferenciais de comércio na América Latina: uma análise de suas configurações e tendências de 2000 a 2017*, analisa as principais configurações e tendências dos Acordos Preferenciais de Comércio no mundo e na América Latina no início do século XXI a partir de uma análise bibliográfica e quantitativa.

Ainda considerando a inserção internacional, mas considerando um número maior de países, Alessandra Cavalcante de Oliveira, em *A integração produtiva como instrumento para a inserção dos países da América Latina nas cadeias globais de valor*, explica como a integração produtiva pode contribuir para uma melhor inserção dos países latino-americanos nas cadeias globais de valor. A explicação da autora considera tanto aspectos gerais dos principais benefícios gerados nos países que participam de uma rede produtiva quanto casos mais específicos, dois exemplos empíricos de iniciativas na América Latina.

Os dois últimos capítulos referem-se aos blocos. Em *As negociações do Acordo Mercosul-União Europeia no contexto da nova onda de liberalização da economia brasileira*, Roberto Goulart Menezes e Sabrina Sabatovicz Paiva refletem sobre as principais motivações do Brasil para engajar-se nas negociações do Acordo Mercosul – União Europeia, iniciadas em 2016 e intensificadas nos últimos anos. Ainda considerando o Mercosul, mas tomando outro bloco para análise, Paola Andrea Baroni, em *Interregionalismo contemporâneo: los casos del MERCOSUR y la Alianza del Pacífico con ASEAN e Índia*, pondera sobre as relações intrarregionais da Aliança do Pacífico e o Mercado Comum do Sul com a *Association of Southeast Asian Nations* (ASEAN) e a Índia.

Desejamos boa leitura a todos (as) e esperamos que este livro contribua para a ampliação das variadas integrações entre os latino-americanos e latino-americanistas por meio da formação de grupos de trabalho, publicações conjuntas e eventos, em geral, e das reflexões acadêmicas sobre as integrações da região, considerando suas potencialidades e desafios, em particular.

ORGANIZADORAS

# **Acordos preferenciais de comércio na América Latina: uma análise de suas configurações e tendências de 2000 a 2017**

Patrícia Nasser de Carvalho\*

## **Introdução**

Desde a institucionalização da Organização Mundial do Comércio (OMC), em 1995, ficaram evidentes as suas importantes conquistas na promoção do livre comércio e na gestão das regulações de bases multilaterais do Sistema de Comércio Internacional. No entanto, desde a última rodada (ainda em curso) de negociações da OMC, iniciada em 2001, em Doha, também foram revelados diversos impasses, que provocaram lentidão no avanço de entendimentos, poucos resultados no processo decisório e falta de interesse político dos seus membros. Esses obstáculos deixaram um vácuo no Sistema de Comércio Internacional multilateral, que vem sendo preenchido pelos Acordos Preferenciais de Comércio (APCs), ou seja, a opção dos países, em sua maioria membros da OMC, por barganhar APCs, neste início de século, está intrinsicamente ligada às dificuldades encontradas por eles em concluir acordos satisfatórios nas rodadas de negociações comerciais multilaterais. No início do século XXI, a ampliação do número de APCs se dá a um ritmo de crescimento inigualável em todas as regiões do mundo. Portanto, embora a OMC seja a principal organização internacional voltada para promover a liberalização e a regulação do comércio internacional, no início do século XXI, os APCs ocupam um espaço crescente no Sistema de Comércio Internacional. Com efeito, não obstante eles sejam membros plenos da OMC, muitos países gradativamente orientam a sua política comercial para os APCs (Crawford; Fiorentino, 2005).

Diante desse cenário, as perguntas que se colocam neste trabalho são: quais são as configurações e tendências dos APCs no mundo e na América Latina (AL) no início do século XXI? Qual é a importância relativa da AL neste contexto? A hipótese é que o continente latino-americano segue a tendência mundial e vem realizando, sobretudo a partir da década de 1990, e de forma mais acelerada desde os anos 2000, dezenas de

---

\* Doutora em Economia Política Internacional (UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil). Professora Departamento de Ciências Econômicas (UFMG, Belo Horizonte, Brasil).

APCs com países de dentro e de fora da região. Dessa forma, o objetivo é analisar, por meio de uma análise bibliográfica e quantitativa, a evolução desses acordos na AL, tema ainda pouco trabalhado na academia brasileira.

### **Proliferação mundial de APCs: configurações e tendências**

A OMC define os APCs como acordos de caráter preferencial e de natureza recíproca (WTO, s.d.), que oferecem potencial para ampliação do acesso a mercados aos seus membros e contam com suas próprias regras, normas e agenda de negociações. Para clarificar ainda mais e diferenciá-los de acordos em outros níveis, pode-se dizer que os APCs incluem todas as estratégias no formato de acordos de liberalização comercial que estão entre a ação unilateral e as negociações em nível global que acontecem na OMC (Ravenhill, 2011).

Neste início de século, a ampliação do número de APCs experimenta um ritmo de crescimento inigualável em todas as regiões do mundo, o qual é coincidente com o período em que as negociações na OMC enfrentam grandes e diversos obstáculos para se desenvolver (Acharya *et. al.*, 2011). Esses obstáculos deixaram um vácuo no Sistema de Comércio Internacional multilateral, ou seja, a opção dos países, todos eles membros da OMC, por barganhar APCs, neste novo século está intrinsecamente ligada às dificuldades encontradas por eles, sobretudo de natureza política, em concluir acordos satisfatórios nas rodadas de negociações comerciais multilaterais e, por isso, eles optam por compromissos preferenciais (Crawford, Fiorentino; Toquebouef, 2012; Thorstensen, 2012; Acharya *et. al.*, 2011; Mansfeld; Reihardt, 2003). Esses países buscam realizar APCs com o fim de simplificar acordos, restringir o número de parceiros, agilizar processos negociadores, garantir seus interesses e incluir temas na agenda da forma que lhes seja conveniente.

Segundo alguns de seus defensores (Viner, 1950<sup>1</sup>; Bhagawati; Paranagayia, 1996) em termos econômicos, os APCs podem promover melhoria dos termos de troca e maior poder de barganha dos seus membros, economias de escala e especialização produtiva, proporcionando bens produzidos com menor custo e maior eficiência, oportunizando maior diversidade de produtos no mercado para empresas e consumidores, aumentando, assim, o bem-estar global de seus membros (Balassa, 1962; Paranagariya, 1999). O engajamento dos países em APCs também ocorre devido às facilidades que as economias parceiras adquirem ao acessar mercados mais amplos

---

1. O estudo de J. Viner sobre uma união aduaneira afirma que, em tese, deve haver uma mudança no *locus* da produção entre dois países-membros desse APC, o que caracteriza a transição da produção de um local onde os custos são mais altos para um local onde eles são mais baixos. Os membros passarão a importar bens de outro membro (parceiro da APC) ao invés de importar de fora. Viner demonstrou que os efeitos de união aduaneira sobre os membros e o mundo como um todo dependem se essas uniões aduaneiras criam mais do que desviam comércio.

e estáveis assim que tais acordos são concluídos porque nesses grupos são acordadas barreiras menores ou a sua eliminação parcial ou total para troca de bens e serviços produzidos pelos parceiros privilegiando-os em detrimento daqueles produzidos pelo restante do mundo (Crawford, Fiorentino, 2005). Por fim, mercados ampliados podem ser mais atraentes para investimentos externos (Ravenhill, 2011). Esses acordos são, portanto, instrumentos de liberalização do comércio entre as suas partes, e como são preferenciais, discriminam bens e serviços de terceiros (Mansfeld; Milner, 1999; Paranagariya, 1999; Freund; Ornelas, 2010).

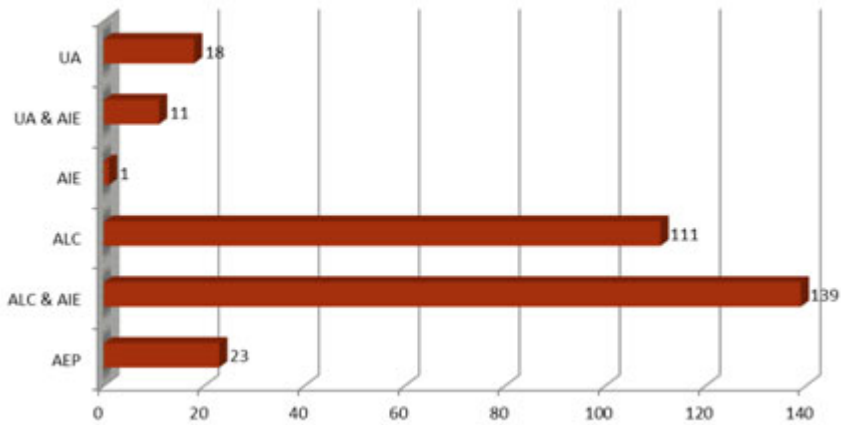
Além disso, argumenta-se ainda que os APCs permitem a proteção de setores que poderiam não sobreviver se o mercado nacional fosse exposto à competição global, ampliando oportunidades de uma integração “mais profunda” entre os mercados dos seus parceiros (Heydon; Woolcock, 2009; Ravenhill, 2011). Dessa forma, os APCs eventualmente podem deixar de ser apenas acordos comerciais e incluir temas para além do comércio e a concessão de soberania dos Estados membros a uma instituição supranacional.

Os APCs são classificados em: Áreas de Livre Comércio (ALCs); Uniões Aduaneiras (UAs); Acordos de Integração Econômica (AIEs) e Acordos de Escopo Parcial (AEPs)<sup>2</sup>. As ALCs são os tipos mais simples de acordos e os mais comuns. Os demais APCs são mais complexos, pois incluem harmonização de tarifas e geralmente com eles pretende-se alcançar uma integração econômica “mais aprofundada” entre seus membros, por meio da ampliação temática e de parceiros. A Figura 1 ilustra o número de APCs em vigor de acordo com essa classificação no final do ano de 2017. É possível verificar a distribuição dos tipos de APCs no mundo, com destaque para as ALCs:

---

2. A presente categorização dos APCs segue as terminologias empregadas por Acharya *et al.* (2011), de modo que a Área de Livre Comércio (ALC) é definida como um acordo entre duas ou mais partes em que tarifas e outras barreiras ao comércio de bens são eliminadas integral ou majoritariamente, em que cada parte mantém sua própria estrutura tarifária relativa a terceiras partes; a União Aduaneira (UA) abarca todas as características da ALC e, em adição, as partes adotam uma política comercial comum em relação a terceiros que inclui o estabelecimento de uma Tarifa Externa Comum (TEC) a terceiros; o mercado comum (MC) engloba a TEC e a livre circulação de bens mais o livre câmbio de serviços, pessoas e capital. Já um Acordo de Integração Econômica (AIE) abrange o comércio de serviços através do qual duas ou mais partes oferecem acesso preferencial recíproco ao seu mercado, enquanto o Acordo de Escopo Parcial (AEP) ocorre entre duas ou mais partes que oferecem mutuamente concessões em um número selecionado de produtos ou setores.

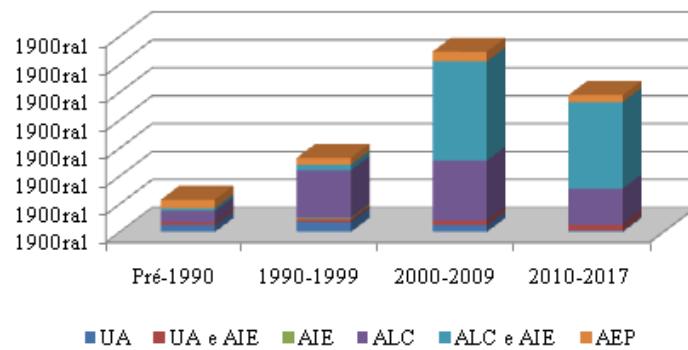
**Figura 1 – Número de APCs em vigor no mundo (por tipo de acordo) em dezembro de 2017<sup>3</sup>**



Fonte: WTO

A evolução dos acordos por tipo pode ser conferida na figura abaixo, que mostra que desde os anos 2000, as ALCs & AIE são os mais comuns no mundo:

**Figura 2 – Evolução do Número de APCs por tipologia (1990-2017)**

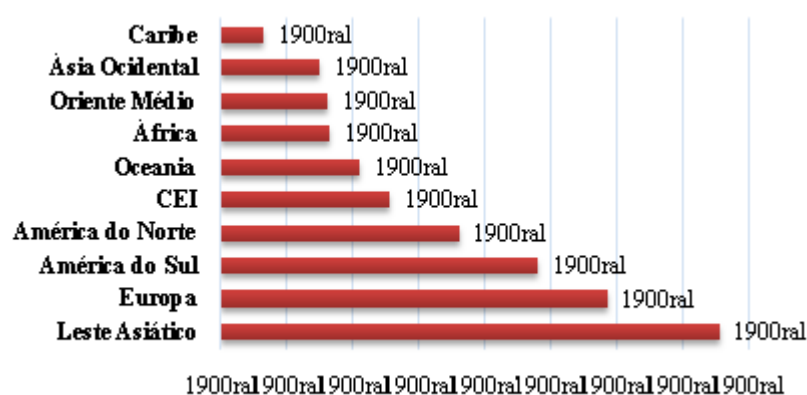


Fonte: Elaboração própria a partir de dados da WTO

3. Acordos classificados como ALC & AIE são aqueles que possuem dupla intenção: liberalizar comércio de bens e de serviços.

Como dito anteriormente, os APCs têm se difundido por todas as regiões do globo, o que pode ser observado na Figura 4. Dos 455 APCs, 151 correspondem ao Leste Asiático, sendo a região com maior concentração de acordos em vigor e notificados a OMC. Já a Europa dispõe de 117 acordos, o que condiz com pouco mais de um quarto do total. A América do Sul, por sua vez, ocupa a terceira posição, contando com uma parcela de 21% dos APCs registrados até dezembro de 2017.

Figura 3 - Número de APCs por região do mundo



Fonte: WTO

Os APCs podem ser classificados, a partir da composição de seus membros, como bilaterais, plurilaterais e inter-regionais. Os bilaterais são normalmente aqueles constituídos por duas partes. Entretanto, podem incluir mais de dois países quando uma das partes corresponder a um APC. Já os plurilaterais referem-se àqueles acordos em que o número de partes constituintes excede dois países (Acharya *et al.*, 2011), mas que não se enquadram na categoria inter-regional<sup>4</sup>. Por fim, os acordos inter-regionais são os assinados entre duas entidades regionais<sup>5</sup>.

Desde os anos 1990, é notória a predominância de acordos classificados como bilaterais ou plurilaterais. No Leste Asiático, Cingapura recebe destaque ao participar de 42 APCs, seguida por Coreia do Sul e Japão. Ainda que o avanço dessa estratégia comercial por parte da China seja evidente nos últimos anos, o país ocupa a quarta colocação em sua região, contando com 27 APCs em vigor.

Na Europa, a União Europeia tem maior destaque. O bloco possui uma política comercial comum e, conseqüentemente, seus Estados-Membros não podem fazer

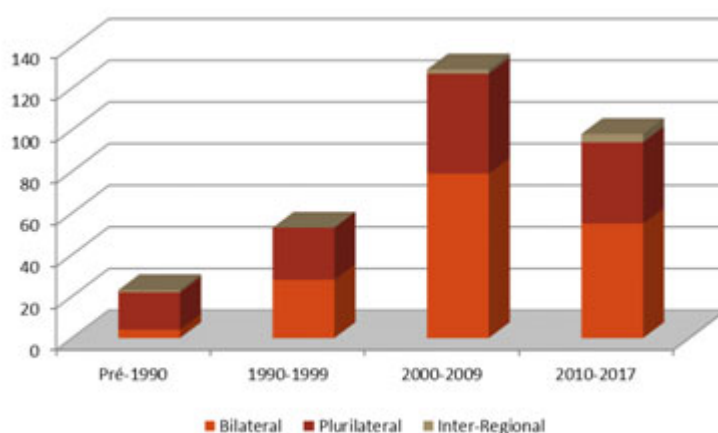
4. O Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) é um exemplo de acordo plurilateral.

5. O acordo União Aduaneira da África Austral (UAAA) e EFTA (2006) é um exemplo inter-regional.



acordos comerciais separadamente. Devido à impreterível consonância de política comercial externa desses Estados, diferentemente da Ásia, onde há proliferação de negociações bilaterais devido à maior autonomia dos países da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN<sup>6</sup>), a UE apresenta majoritariamente acordos plurilaterais e conta com 55 APCs vigentes, excluindo-se aqueles referentes ao seu alargamento.

**Figura 4 – Tendência dos APCs em vigor no mundo (por definição) até dezembro de 2017**



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da WTO

A classificação quantitativa é aqui ressaltada devido à sua relevância para a compreensão da proliferação dos APCs ao longo das décadas e das suas configurações.

### **A Proliferação Mundial de APCs em tempos de transformações globais**

Os APCs estão presentes na organização político-econômica dos Estados há séculos. Fawcett (2000) argumenta que no pós-Segunda Guerra, a primeira “onda” de APCs ocorreu entre as décadas de 1950 e 1970, quando, no cenário de Guerra Fria, observou-se movimento crescente por parte dos países de cooperarem na área de segurança e em outras temáticas, e que viam no comércio intrarregional um caminho para ampliar a cooperação e promover a estabilidade na região. Neste sentido, formaram-se a Comunidade Econômica Europeia (CEE), em 1957, que adiante se desenvolveria e passaria a se chamar União Europeia, e a ASEAN, em 1967. Houve, ainda, outras iniciativas de integração entre países do Terceiro Mundo contra o alinhamento automático às grandes potências, que levaram à formação da Associação

6. Composta inicialmente por Indonésia, Malásia, Filipinas, Tailândia e Cingapura.

Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC<sup>7</sup>) e o Mercado Comum Centro-Americano (MCCA)<sup>8</sup>, no caso da AL. De modo geral, esses APCs visavam, principalmente, à eliminação ou à redução de tarifas (Thorstensen, 2012). Esses acordos fizeram parte de um processo que engloba fenômenos distintos, abrangentes e diversos, ligados a uma determinada região, onde diferentes atores e processos que se relacionam, o regionalismo. Ele regionalismo compreende várias áreas (econômica, política, geopolítica, social, cultural, etc.), está associado a situações de interação entre atores que podem ou não ser Estados Nacionais que cooperam em diferentes níveis, além de que pode estar ligado à identidade e à coesão de uma determinada região.

O fim do conflito bipolar, no início da década de 1990, deu início ao ressurgimento de uma nova “onda” de APCs na esteira do regionalismo, após a crise internacional dos anos 1970 e o final da Guerra Fria, contando com a participação inédita dos EUA, os quais ainda não haviam firmado esse tipo de acordo, por meio da aprovação do NAFTA, em 1994 (Fawcett, 2000). A Cooperação Econômica da Ásia e Pacífico (*Asia Pacific Economic Cooperation*, APEC)<sup>9</sup>, um fórum para incentivar a cooperação econômica na mais dinâmica região de comércio do mundo, e o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL<sup>10</sup>), uma UA que se manteria incompleta, e a União Europeia (UE), que de fato, tornou-se um mercado comum e ainda criou uma união monetária, são exemplos relevantes dessa segunda “onda” de APCs. Dentre as grandes economias mundiais, apenas China, Japão e Rússia não aderiram a nenhum APC regional durante essa “onda”. Como consequência disso, houve forte processo de liberalização do comércio intra-regional e aumento das relações de trocas em diversas as regiões do mundo. Face ao novo cenário geopolítico, essa segunda “onda” se caracterizou como um processo mais espontâneo que a primeira, pois os países não se encontravam mais sob a égide das duas grandes potências mundiais, EUA e URSS, o que gerou aumento da sua sensação de independência (Fawcett, 2000). Neste contexto, eles puderam fazer dos APCs instrumentos para enfrentar os inúmeros desafios ligados à globalização econômica (Hettne, 1996). Em muitos Países em Desenvolvimento (PEDs), os APCs foram usados para consolidar reformas políticas e econômicas no âmbito das suas estratégias de inserção na economia global (Ravenhill, 2011). Surgiram, assim, mais acordos crosregionais, formando grupos, que diferentemente da “onda” regionalista anterior abrigada membros da mesma região geográfica, abarcava países localizados em regiões geográficas distintas.

7. Membros da ALALC: Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.

8. Membros fundadores: Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua.

9. Fórum criado em 1989 por 21 países que se localizam no Círculo do Pacífico.

10. Fundado em 1991, com a assinatura do Tratado de Assunção pelos governos de Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

A partir dos anos 2000, período que coincidiu com a instauração da Rodada Doha da OMC, os APCs se multiplicaram, dando início uma terceira “onda”. A falta de consenso entre os membros da OMC nessa rodada fez com que os países buscassem nesses acordos alternativas mais aparentemente rápidas e menos burocráticas para o alcance de seus objetivos comerciais, principalmente de curto prazo (Messerlin, 2007). Segundo Dieter (2008), por não dependerem de rodadas longas para serem firmados, na visão de muitos governos democráticos, os APCs se ajustam perfeitamente aos seus objetivos políticos. Suas conclusões, supostamente mais ágeis, somadas ao retorno positivo que recebem da mídia, vão na contramão da letargia observada nas negociações da OMC, as quais causam dificuldades aos partidos que almejam a reeleição e não conseguem apresentar resultados conclusivos na área comercial durante seu mandato. Na percepção do mesmo autor, nas últimas décadas, os encontros políticos para concluir APCs geralmente têm sido amplamente cobertos pela mídia do que as reuniões ministeriais da OMC, caracterizando o “efeito CNN” (Dieter, 2008). Isso acontece porque governos geralmente ganham mais notoriedade e positiva percepção social quando selam acordos, sobretudo com grandes potências.

Crawford e Fiorentino (2005), da mesma forma, entendem que muitos países estão fazendo dos APCs a peça central de sua política de comércio exterior por aspirarem configurações de acordos comerciais mais simples e fáceis de barganhar. Na sua percepção, as frustrações com relação aos resultados da OMC e sua agenda inacabada e sua pressão por resultados, do mesmo modo como apontam Heydon e Woocock (2009) e Ravenhill (2011), implicam na preferência de muitos governos por APCs, pressupondo que suas negociações são mais ágeis e podem ser mais eficientes aos seus desígnios, compensando os poucos resultados alcançados na OMC. No entendimento de Messerlin (2013), a expansão do número de APCs é notória, e certamente tem impacto no aumento dos fluxos de comércio no mundo. Porém, segundo o autor, o início dessa fase coincidiu exatamente com o momento de criação da OMC e no qual muitas economias implementavam políticas unilaterais de liberalização de seus mercados como diretriz das políticas neoliberais e a OMC alcançava relativo sucesso (Messerlin, 2013). Portanto, não seria possível creditar o crescimento dos fluxos de comércio internacional somente aos APCs como resposta à crise da OMC.

A maior facilidade e a flexibilidade dos APCs em relação aos acordos da OMC também são destacadas por Crawford, Fiorentino e Toquebouef (2012). Eles afirmam que, nas últimas décadas, uma razão para o aumento do número de APCs bilaterais no mundo, os quais geralmente são ALCs, está no fato de que as UAs envolvem maior grau de compromisso e coordenação devido a sua política comercial comum que, por sua vez, depende das regras que as definem. Além disso, as UAs frequentemente aspiram ir além do domínio do comércio, como a formação de uma união monetária ou a integração política (Crawford, Fiorentino; Toquebouef, 2012). As UAs geralmente

são constituídas entre países em uma região geográfica contígua e são diferentes das ALCs, que sendo bilaterais ou plurilaterais vêm sendo criadas por países que não estão na mesma região geográfica.

Acrescido a esse cenário, a pressão exercida por parte das empresas transnacionais reforça a necessidade dos países fomentarem acordos comerciais com menos membros à mesa de negociações (Dieter, 2008). As dificuldades encontradas nas rodadas da OMC, cujo processo decisório é igual ao GATT, ou seja, por consenso, impactam os fluxos comerciais de grandes *players* do comércio internacional onde se localizam empresas de matriz produtiva fragmentada entre Países Desenvolvidos (PDs) e PEDs e Países Menos Desenvolvidos (PMDs). Essas empresas transnacionais se valem da queda de barreiras ao comércio, proporcionada pelos APCs, para manter suas exportações e importações, uma vez que optam pela divisão de sua cadeia produtiva entre diversas nações do globo. Geralmente, a produção de grande escala e intensiva e mão de obra se localiza nos PEDs e PMDs, ao passo que o aparelho burocrático, tecnológico e legal concentra-se nas matrizes das empresas nos PDs.

Cabe mencionar que os APCs são distintos e têm caráter multifacetado, afinal, se ajustam às necessidades dos *players* em negociação na medida em que cada parte pode acrescentar à pauta de discussão assuntos de seu interesse e de acordo com o grau de liberalização por almejado. Acharya *et al.* (2011) chama a atenção para o fato que a maioria dos APCs em vigor oferece potencial para promover o crescimento do comércio, embora grande parte deles complique os princípios e normas do Sistema de Comércio Internacional ao criar novas regras. Ao mesmo tempo, no início do século XXI, geralmente os países fazem parte de diversos APCs e, por isso, muitas dessas regras comerciais se sobrepõem. Do ponto de vista de Baldwin (2012), isso acontece porque um grande número delas não seguem os princípios da não-discriminação e as determinações de concessões recíprocas, contribuindo para as assimetrias de poder. Oliveira (2013) lembra que os APCs podem gerar custos, incoerências procedimentais, imprevisibilidade e instabilidades nas relações internacionais, uma vez que até então são pouco regulamentados pela OMC, as suas regras se superpõem nas mais diversas temáticas e muitos deles têm seus próprios mecanismos de solução de controvérsias. Ademais, como os APCs envolvem negociações, que são políticas, os interesses e a imprevisibilidade precisam ser levados em consideração pelas partes.

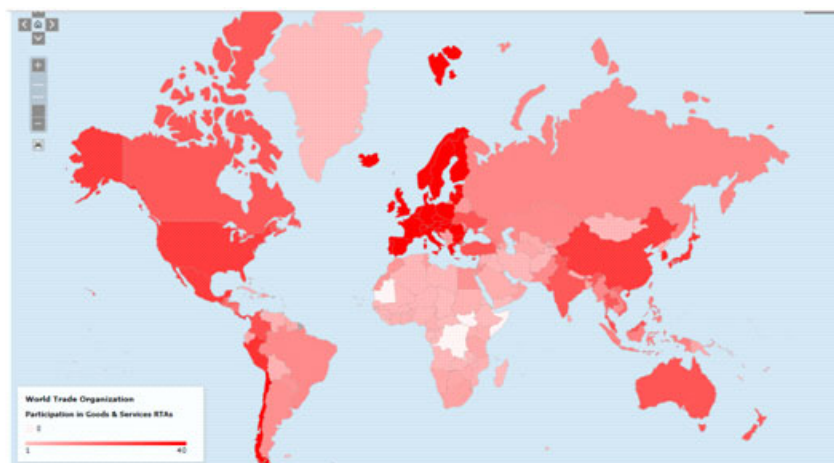
Portanto, os APCs, ao mesmo tempo em que conduzem à complexa e ampla interdependência global de seus atores, também resultam na inevitável fragmentação da estrutura de regulação do Sistema de Comércio Internacional (Acharya, 2017), dada a multiplicidade de foros e, por conseguinte, resultando em inevitáveis conflitos de regras (Thorstensen, 2012; Heydon; Woolcock, 2009). Isso também ocorre porque os APCs podem ainda incluir seus próprios mecanismos de solução de conflitos e expandir a agenda ou avançar em temas cujas regras ainda não foram decididas na

OMC. Disso resulta um aumento da regulação do comércio internacional em bases preferenciais, e não multilaterais. Desta maneira, a proliferação dos APCs apresenta tendências de longo prazo, haja vista os resultados empíricos evidenciados.

### **A proliferação de APCs na América Latina**

Da mesma forma que em outras regiões do mundo, na AL, a proliferação de APCs tem ligações com as dificuldades que a OMC enfrenta nas últimas décadas para concluir acordos e aprovar disciplinas. Com efeito, no início do século XXI, eles ocupam um espaço cada vez maior, desafiando as normas e regras multilaterais aprovadas na OMC. No mapa abaixo, que reflete o ano de 2017, é perceptível que a AL é uma região de relativo destaque em termos de APCs, sendo o Chile e o México estejam no grupo de países que mais realizam APCs no mundo, seguidos por México, Peru, seguidos por Colômbia:

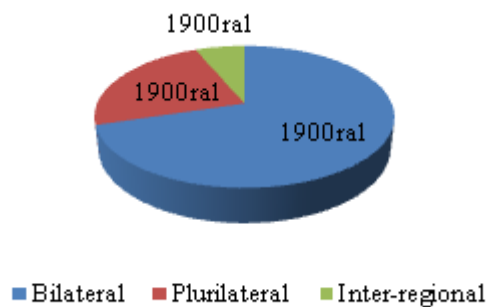
**Figura 5 – Evolução dos APCs (por país no mundo), 2017.**



Fonte: WTO

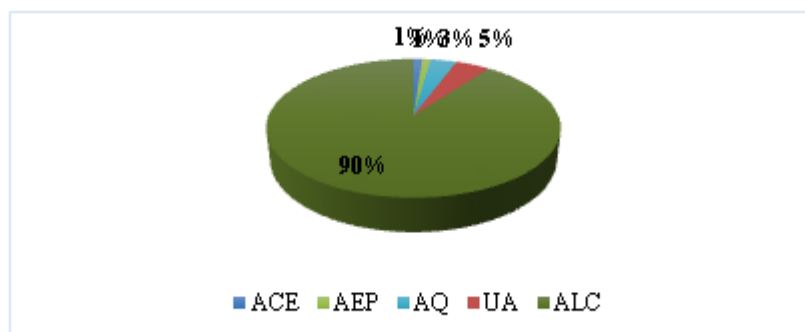
Os APCs na AL seguem a tendência mundial, pois a maioria daqueles em vigor na AL é bilateral e é uma ALC (90% do total), conforme mostram as figuras 6 e 7:

**Figura 6 – APCs em vigor Na América Latina (por definição), 2017.**



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da WTO.

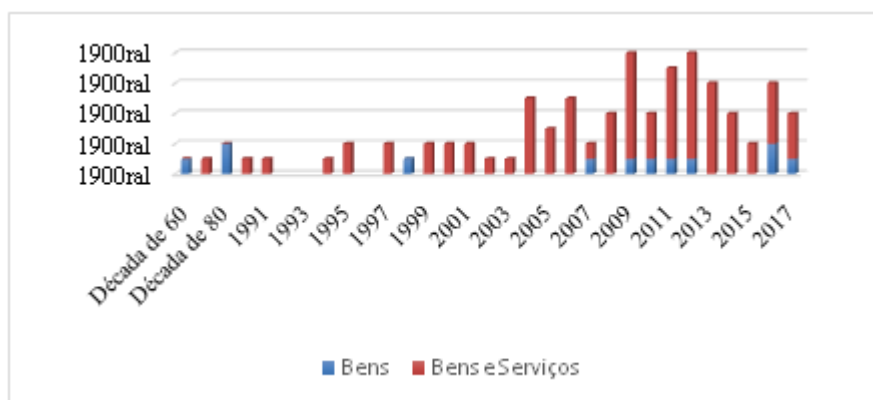
**Figura 7 – APCs em vigor na América Latina (por tipologia), 2017.**



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da WTO.

Em termos relativos, comparativamente a outros países do mundo, os APCs dos países latino-americanos (individuais) se comparados em termos médios, ainda não têm grande notoriedade no que se refere à quantidade. No entanto, a sua evolução é perceptível ao longo das décadas, sobretudo a partir dos anos 2000. A contagem é feita a partir de 1960, pois foi nesse ano que 11 países da AL realizaram o seu primeiro APC: a ALALC.

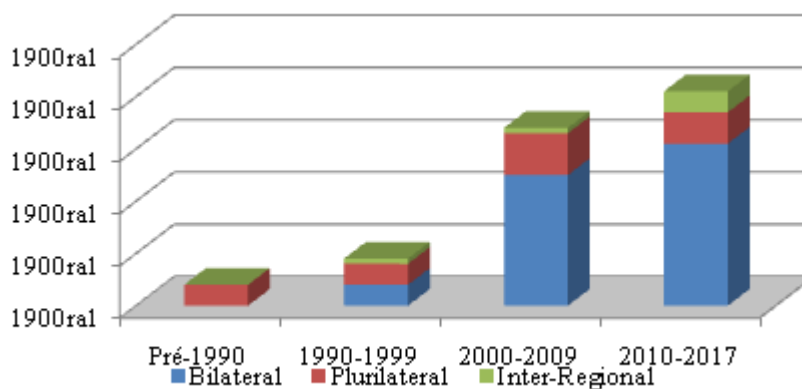
**Figura 8 - Evolução dos APCs na América Latina (bens e serviços), 1960-2017 (em vigor)**



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da WTO.

Na figura 9, pode-se destacar o crescimento mais rápido dos APCs bilaterais, especialmente desde os anos 2000, sendo que na última década, eles permaneceram em primeiro lugar em termos quantitativos se o recorte for feito por definição:

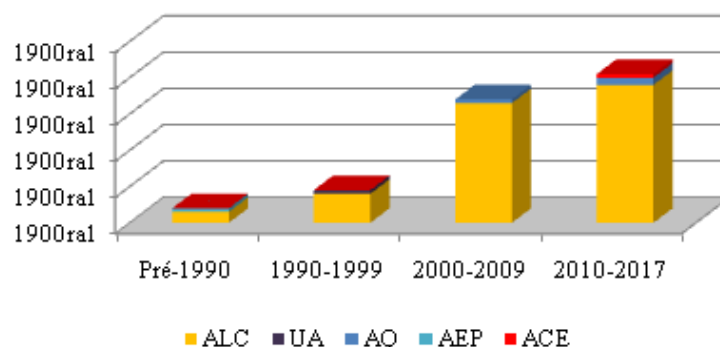
**Figura 9 – Evolução dos APCs na América Latina por tipo de definição (1960-2017)**



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da WTO.

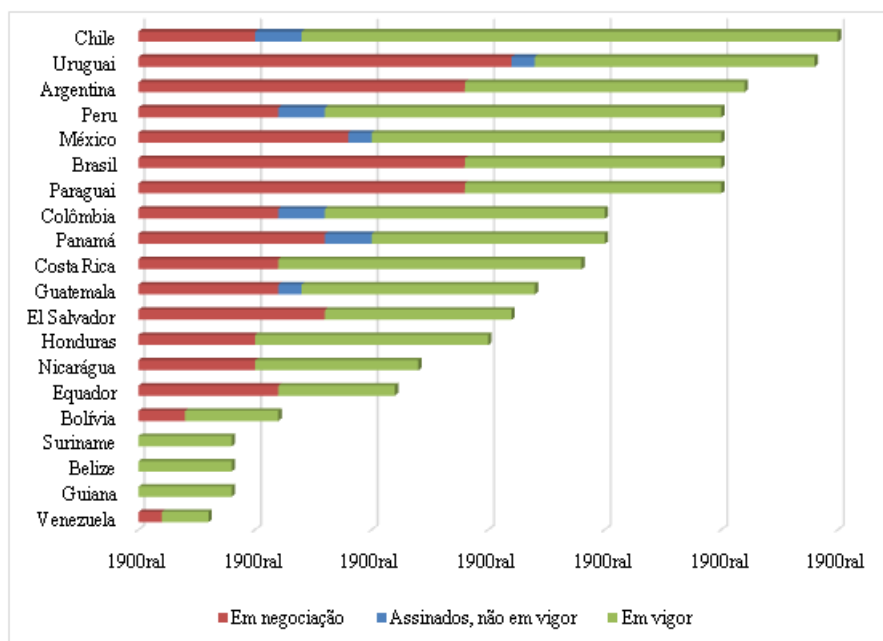
Por fim, seguindo a tendência mundial de buscar acordos mais simples, as ALCs também têm sido o grande destaque dos APCs realizados na região, desde 1960. Há somente 4 acordos plurilaterais: o MERCOSUL, o MCCA, o Sistema de Integração Centro-americano e a Comunidade Andina de Nações (CAN).

**Figura 10 – Evolução dos APCs na América Latina por tipo de notificação (1960-2017)**



No que se refere aos APCs em vigor, em negociação e assinados, mas que ainda não entraram em vigor, no período de 1990 a 2017, Chile, Uruguai e Argentina são os primeiros colocados, embora contabilizando apenas os APCs em vigor, Chile e México e Peru se sobressaem, conforme está ilustrado abaixo:

**Figura 11 – APCs por país da América Latina (1990-2017)**



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da WTO.



## Conclusão

Como exposto, há inúmeras razões para que os países, seja da AL ou de outra região do mundo, busquem realizar APCs, a despeito da importância dos acordos negociados na OMC. Desde os anos 1990 e, sobretudo desde os anos 2000, os dados mostram que todas as regiões do mundo apostaram neste tipo de acordo, em vários níveis e de diferentes tipologias, a fim de ampliar sua rede de parcerias e ampliar acesso a mercados dos seus produtos. Na AL não é diferente. Mesmo contando com algumas UAs, o continente vem realizando especialmente ALCs bilaterais com diversos países. Assim, os dados das suas configurações demonstram que a região está em linha com a tendência internacional.

## Referências

- ACHARYA, A. Global Governance in a Multiplex World. In: *EUI Working Paper RSCAS*, Florence, nº 29, p. 1-17, 2017.
- BELASSA, Bela. *The Theory of Economic Integration*. New York, 1962.
- BHAGWATI, J.; PARAGARIYA, A. The Theory of Preferential Trade Agreements: Historical Evolution and Current Trends. In: *American Economic Review*, v. 86, nº 2, p. 82-87, 1996.
- CRAWFORD, J. FIORENTINO, R. The Changing Landscape of Regional Trade Agreements. In: *WTO Publications Discussion Papers*, Geneve, nº 8, p. 1-33, 2005.
- DIETER, H. The Multilateral Trading System and Preferential Trade Agreements: can their negative effects be minimized? In: *GARNET Working Paper*, Warwick, nº 54, 2008.
- FAWCETT, L. Regionalism in Historical Perspective. In: FAWCETT, Louise. HURRELL, Andrew (Orgs.). *Regionalism in World Politics*, p. 21-37, 2000.
- FIORENTINO, R. V.; CRAWFORD, J.; TOQUEBOUEF, C. The landscape of regional trade agreements and WTO surveillance. In: BALDWIN, Richard. LOW, Patrick (Orgs.). *Multilateralizing Regionalism: Challenges for the Global Trading System*. Cambridge University & Geneve Graduate Institute, Geneve, p. 28-76, 2012.
- FREUND, C. L.; ORNELAS, E. Regional Trade Agreements. In: *Annual Review of Economics*, v. 2, p. 139-166, 2010.
- HETTNE, B. Globalization, the New Regionalism and East Asia. In: TANAKA, Toshiro; INOBUCHI, Takahashi (Eds.). In: *United Nations University Global Seminar '96*. Hayama, 2-6 September 1996.

Acordos preferências de comércio na América Latina: uma análise de suas configurações e tendências de 2000 a 2017

- HEYDON, K; WOOLCOCK, S. Overview. In: HEYDON, Kenneth; WOOLCOCK, Stephen (Orgs.). *The rise of bilateralism: Comparing American, European and Asian Approaches to Preferential Trade Agreements*. United Nations University Press: New York, Hong Kong, p. 3-14, 2009.
- MANSFELD, E.; D.; REINHARDT, E. Reinhardt. Multilateral Determinants of Regionalism: The Effects of GATT/WTO on the Formation of Preferential Trading Arrangements. In: *International Organization*, Cambridge, v. 57, n° 4, p. 829-862, 2003.
- MANSFELD, E; MILNER, H, V. *International Organization*. Cambridge, v. 53, n° 3, p. 589-627, 1999.
- MESSERLIN, P. The Domestic Political Economy of Preferential Trade Agreements. In: KLEIMANN, David. (Org.). *EU Preferential Trade Agreements: Commerce, Foreign Policy, and Development Aspects*. Robert Schuman Centre for Advanced Studies, European University Institute, Florence, p. 25-42, 2013.
- \_\_\_\_\_. How Much Further Can the WTO Go? Developed Countries Issues. In: *GEMWP Working Paper*, Paris, n° 3, p. 1-24, 2007.
- OLIVEIRA, I. Os Acordos Preferencias e a Regulação do Comércio Global no Século XXI. In: OLIVEIRA, Ivan; BADIN, Michelle. (Orgs.). *Tendências Regulatórias nos Acordos Preferenciais de Comércio no Século XXI: os casos de Estados Unidos, UE, China e Índia*. IPEA: Brasília, p. 19-40, 2013.
- PANAGARIYA, A. The Regionalism Debate: An Overview. In: *The World Economy*. New York, v. 22, n° 4, p. 455-476, 1999.
- RAVENHILL, J. Regional Trade Agreements. In: RAVENHILL, John (Org.). *Global Political Economy*. Oxford: Oxford University Press, 3ª ed. p. 173-21, 2011.
- THORSTENSEN, V. Impactos da crise econômica e financeira na regulação do comércio internacional. In: *Boletim de Economia e Política Internacional*. Brasília, IPEA, n° 12, p. 33-43, 2012.
- VINER, Jacob. *The Customs Union Issue*. New York: Carnegie Endowment for International Peace, 1950.